

# Para alívio dos donos, antigo casarão pode ser destombado

Se confirmada, medida será pioneira em Santos

LINCOLN SPADA  
DA REDAÇÃO

A história do Brasil está entrelaçada com imóveis tombados onde residiram o navegador Martim Afonso, o abolicionista Zumbi dos Palmares, o presidente Marechal Hermes da Fonseca e outras residências de importância histórica-cultural.

Ao contrário dos nomes citados acima, o aposentado João Carlos de Souza e seus familiares ainda vivem em um patrimônio cultural, o que é motivo de muita dor de cabeça para eles.

Segundo a família, que mora no casarão localizado no número 586 da Av. Conselheiro Nébias (Boqueirão), nos últimos oito anos de idade, ela precisou fazer terapia e, hoje, controla o diagnóstico de depressão e síndrome do pânico com medicamentos. “Eu não tenho o direito de mexer na minha própria casa. Para onde iremos se sairmos daqui? Para debaixo da ponte?”, questiona.

Neste período, apenas cartas escoraram por debaixo da porta. Como em 2 de julho de 2005, quando o então secretário de Cultura, Carlos Pinto, decretou o tombamento: “construída nos anos 20, representa um significativo exemplar da arquitetura eclética residencial, oriunda do período de expansão urbana proporcionada pelo comércio de café em Santos”, explicava o documento.

Em seguida, mais correspondências passaram a cobrar orçamentos para a manutenção do casarão. O valor mínimo das obras era de R\$ 14,4 mil. O aposentado alega que nem mesmo com a isenção do IPTU (em torno de R\$ 8 mil), seria possível fazer a reforma.

“Nunca pudemos ir a uma reunião do Condepasa. E caso não aceitássemos as imposições, ainda perderíamos nossa casa”, acrescenta *seo* Souza, que mora com a esposa, dona Edna, e a filha Cristiane.

## MAIS CARO

O custo de vida no patrimônio cultural subiu cerca de R\$ 5 mil por ano, devido ao tratamento que dona Edna teve de ser submetida.

## Minoria

**Poucas dezenas de bens foram desconsiderados como patrimônios históricos e culturais no Brasil. Quem instituiu o destombamento no País foi o presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto-lei 3.866/1941. Na época, ele destombou um jardim de 1873 (o Campo de Santana) e duas igrejas do século 18 na então capital federal Rio de Janeiro para abrir uma avenida que hoje leva o seu nome.**

Morada do casarão desde os cinco anos de idade, ela precisou fazer terapia e, hoje, controla o diagnóstico de depressão e síndrome do pânico com medicamentos. “Eu não tenho o direito de mexer na minha própria casa. Para onde iremos se sairmos daqui? Para debaixo da ponte?”, questiona.

O marido, por sua vez, desenvolveu diabetes emocional por causa da situação. Na lista de medos da família, a insegurança foi acrescentada. Por duas vezes assaltantes pularam o muro do imóvel.

De forma improvisada, três cachorros atuam como vigias. É que o Poder Público não permite mudanças no muro, nem na fachada e nem telhado da propriedade. Não é possível sequer instalar um ar-condicionado para amenizar o calor.

Só restou à família recorrer à Justiça, às placas de protesto expostas na sacada do imóvel e a idas e vindas da Prefeitura nos últimos oito anos.

## ESPERANÇA

O martírio da família Souza pode ter um final feliz a partir desta quinta-feira, quando o destombamento do casarão será discutido na reunião do Condepasa, de acordo com a Secretaria Municipal de Comunicação e Resultados.

Se o desejo de *seo* Souza e dona Edna se concretizar, será

cia para não prejudicar a estrutura do imóvel”.

Questionamentos como estes chegaram há alguns meses na mesa do promotor de Justiça do Meio Ambiente de Santos, Daurly de Paula Júnior. Preocupado com a estrutura do patrimônio histórico, vizinhos da obra reclamam das intervenções que a empresa realiza no terreno.

Diante disso, o Ministério Público (MP) vai solicitar à Prefeitura um novo laudo que aponte a atual condição do imóvel. “O último relatório que recebemos informava que não havia riscos iminentes”, explica.

O MP acredita que a exigência do cumprimento de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) poderia garantir ainda mais segurança durante a construção do empreendimento.

“Hoje a Prefeitura não exige detalhes sobre a estrutura de recorte do solo, e um produto que é colocado no mercado que atende normas técnicas”, explica o promotor.



O aposentado João Carlos Souza e sua esposa, dona Edna, tiveram de apelar para cartazes e faixas pedindo pelo destombamento do imóvel



O IPTU do casarão aponta que sua construção data do ano 1935

a primeira vez na Cidade que um imóvel passará por um destombamento.

## INCOERÊNCIAS

O imóvel de características renascentistas teve suas paredes erguidas para abrigar a família Morel em 1935, conforme consta no IPTU. “A casa nunca foi mais do que uma residência de classe média, igual a outras tantas que existiam na época”, atesta Afonso Maria Lima Morel.

Seus pais alteraram o local na década de 40. A porta migrou da lateral para a frente da edificação, venezianas foram substituídas, além de outros detalhes. Tais modificações não tiveram base nas tendências ecléticas da época: *Art Nouveau*, Neocolonialismo e *Art Déco*.

Esta foi a casa vendida em março de 1950 para o sogro de

*seo* Souza. De frente a um dos um campus da Universidade Católica de Santos, o local foi um dos nove endereços abordados na tese defendida pela arquiteta Cynthia Regina de Araújo Evangelista dos Santos.

Em *Avenida Conselheiro Nébias: casas antigas e uma nova cidade*, ela destaca não haver valor renascentista no casarão, mas que o mesmo ainda “apresenta coerência harmônica com o entorno evidenciado pelas relações de altura com os lotes vizinhos”.

Com base neste trabalho, acadêmicas (à época também membros do Condepasa) solicitam o tombamento do imóvel em 2004. No ano seguinte, o arquiteto Edson Luis da Costa Sampaio emitiu um laudo sem consultar os proprietários, em nome do conselho.

## A Tribuna não esquece

A-6 Baixada Santista

### Patrimônio histórico ou pessoal?

De um lado, interesse em preservar construções que remetem ao passado; como contraponto, problemas em usufruir o próprio bem



6 de junho de 2011

Na reportagem publicada em A Tribuna, além de os moradores da casa localizada no Boqueirão apontarem os prejuízos de residir no imóvel tombado, o historiador Waldir Rueda (falecido em 21 de agosto

de 2011) atestava não haver nenhum motivo ou alegações técnicas para o imóvel constar na lista dos imóveis guardados pelos órgãos de defesa e proteção do patrimônio arquitetônico e histórico-cultural da Cidade.

O documento favorece o tombamento, embora afirme “não ter sido encontrado o processo referente à construção e sua planta original”, somente a planta da reforma em 1942, que sugere a criação do casarão em setembro de 1923.

Além disso, o laudo atesta “que não devemos classificá-la (a casa) como de alta representatividade na arquitetura eclética”. Estes apontamentos são

realçados em um parecer técnico emitido em maio de 2011 pelo historiador Waldir Rueda (1966-2011).

Devido aos dados destoantes sobre a origem e o estilo arquitetônico do casarão, Rueda classificou o tombamento um desfavor, “uma vez que dá relevância a um bem sem valor histórico, divergindo do verdadeiro acervo histórico de Santos”.

# Mesmo deteriorada, fachada histórica abriga obra

DÉBORA PEDROSO

■ A fachada marcada por algumas rachaduras e degradada pelo efeito do tempo lembra de longe a época em que o casarão da Euclides da Cunha, na Pompeia, foi a sede do curso de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Santos (UniSantos).

O imóvel, que é tombado pelo Condepasa, está atualmente escondido atrás de placas de metal que cercam todo o terreno. E as obras ao redor dele não param, fato que divide as opiniões dos moradores do bairro.

“É difícil não mexer com a estrutura”, diz Marli Oliveira Santos, manicure e moradora da Pompeia há cinco anos.

Já o aposentado Jonas Fantasia acredita que a empresa responsável pela obra vai preservar o casarão. “Vai ser mantido sim. A preocupação pode existir, mas é uma grande empresa e vai manter o compromisso”, afirma.

O artesão Carlos César Tavares pede mais fiscalização. “É preciso manutenção e vigilân-

cia para não prejudicar a estrutura do imóvel”.

Questionamentos como estes chegaram há alguns meses na mesa do promotor de Justiça do Meio Ambiente de Santos, Daurly de Paula Júnior. Preocupado com a estrutura do patrimônio histórico, vizinhos da obra reclamam das intervenções que a empresa realiza no terreno.

Diante disso, o Ministério Público (MP) vai solicitar à Prefeitura um novo laudo que aponte a atual condição do imóvel. “O último relatório que recebemos informava que não havia riscos iminentes”, explica.

O MP acredita que a exigência do cumprimento de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) poderia garantir ainda mais segurança durante a construção do empreendimento.

“Hoje a Prefeitura não exige detalhes sobre a estrutura de recorte do solo, e um produto que é colocado no mercado que atende normas técnicas”, explica o promotor.



Há avarias na frente do casarão. MP quer novo laudo, mas Prefeitura e empresa garantem que está tudo certo

## IRREGULARIDADE

Continua em tramitação o processo judicial que pede a suspensão das obras do empreendimento da incorporadora e

construtora Gafisa.

A ação foi impetrada em julho de 2011. De acordo com o MP, a irregularidade no projeto está em uma das torres, que

deve ocupar cinco metros da área do terreno onde está o casarão histórico. A medida infringe a resolução de tombamento, que prevê que o local